



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Grupo Parlamentar

Exmo. Senhor

Presidente da Comissão de Agricultura e Pescas

Senhor Deputado Pedro do Carmo

Assembleia da República, 16 de junho de 2023

Assunto: Audição, com carácter de urgência, da Ministra da Agricultura e da Alimentação na Comissão de Agricultura e das Pescas, sobre o processo de candidaturas ao Regime de Pagamento Único do PEPAC

Após 15 semanas de campanha de candidaturas ao pedido único do PEPAC (que deveria ter terminado no final de maio), o desnorte é completo no Governo, com uma desarticulação evidente do Ministério da Agricultura e da Alimentação, quando faltam ainda submeter cerca de 70 000 candidaturas.

A situação, que tem motivado a crítica generalizada das organizações representativas dos agricultores, é particularmente grave quando se faz uma avaliação mais fina e se percebe que, ao nível das medidas Ambientais, a situação é ainda pior, havendo algumas, de acordo com as estatísticas da entidade pagadora, o IFAP, que estão ou praticamente a zero face aos objetivos que o próprio Ministério definiu, ou com níveis de execução muito baixos.

A pressa de fazer boa figura em Bruxelas, aliada às más opções políticas, levou à criação de um PEPAC com graves problemas de aplicação, com falta de tempo para os serviços se prepararem, com ausência de orientações técnicas e mesmo legislação que ainda está por publicar (hoje os agricultores ainda não sabem o que lhes vai acontecer se não conseguirem cumprir as regras definidas).



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Grupo Parlamentar

O objetivo não foi criar um PEPAC justo, que respondesse às necessidades do País, mas sim garantir que as opções da UE, nas quais o governo português tem enormes responsabilidades, uma vez que foi na Presidência Portuguesa que se fechou a reforma da PAC, poderiam ser aplicadas, e, por isso, construiu-se todo um programa à revelia dos agricultores.

O monstro burocrático, como já foi apelidado, que é o PEPAC, não favorece, no seu conjunto, a agricultura nacional, mas são os pequenos agricultores os mais prejudicados em resultado de uma distribuição das ajudas ainda mais injusta.

Registe-se a importância do regime da pequena agricultura bem evidente no facto das cerca de 115 000 candidaturas submetidas, até agora, mais de 55 000 serem de pequenos agricultores, mesmo que, no caso das explorações mais pequenas, o governo tenha decidido cortar 50% do valor da ajuda, ou seja 500€.

Os atrasos identificados decorrem também do completo desligamento das medidas ambientais da realidade dos agricultores e do País, levando a que 80% das candidaturas ao apoio ao rendimento base, não tenham associadas candidaturas aos ecorregimes. Sublinhe-se que há mesmo medidas agroambientais ainda sem qualquer candidatura válida.

Acresce que os baldios continuam a ser altamente penalizados, quer pela continuidade nas normas de contabilização da área, quer pelas novas regras que se lhes impõem.

A situação é ainda mais preocupante quando se continuam a registar problemas e deficiências técnicas, e mesmo falta de preparação de técnicos, por responsabilidade do Ministério.

Tal situação, que é agravada pelo desmantelamento paulatino das estruturas do Ministério da Agricultura, que agora prossegue com a extinção das DRAP, a não ser alterada, terá como consequência a perda, por parte de milhares de agricultores, de apoios que lhes são essenciais.



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Grupo Parlamentar

Por outro lado, estes atrasos não podem servir de desculpa para o pagamento das ajudas em outubro, o que, por este andar, pode estar em causa.

Assim, perante o caos evidente no processo de candidaturas ao Regime de Pagamento Único do PEPAC e com o enquadramento descrito, vem o **Grupo Parlamentar do PCP requerer** a realização, **com carácter de urgência**, da **Audição** da Senhora Ministra da Agricultura e Alimentação nesta Comissão.

O Deputado

João Dias

N/Ref. nº 70663-110/INPA-GPPCP/XV-1